

PSICOLOGIA SÓCIO HISTÓRICA E RELIGIÃO: ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES

Huquislei Costa de Oliveira¹
Bruno Eduardo Silva Ferreira²

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar por meio de uma pesquisa bibliográfica como a psicologia social brasileira (aqui chamada de Psicologia Sócio-histórica) aborda o tema religião. Para a realização deste trabalho foram coletados artigos publicados no periódico *Psicologia & Sociedade*, editado pela Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). O critério de seleção dos artigos foi a inclusão do termo Religião em qualquer índice, sendo selecionados 8 trabalhos. As pesquisas selecionadas discutem, em sua maioria, a importância da religião para a construção da subjetividade do indivíduo, visto que enfatizam aspectos culturais e sociais que norteiam as representações sociais ao que se refere à saúde, ao sofrimento, à fé, à sociedade, à religião e aos grupos, entre outros. Chama atenção o fato de que um tema tão central para a subjetivação seja pouco abordado nas publicações da área, de modo que sugere-se mais investigações sobre o papel da religião na subjetivação da sociedade brasileira.

Palavras chave: Psicologia Sócio-histórica. Religião. Subjetivação.

Abstract: The aim of this paper is to analyze, using a bibliographical research, how the Brazilian social psychology (here called socio-historical psychology) investigate religion. To achieve this goal, articles published in the journal *Psychology & Society*, edited by the Brazilian Association of Social Psychology (ABRAPSO), were collected. The selection criterion was the inclusion of the term Religion at any index, being selected 8 articles. The selected researches discuss mainly the role of religion for the construction of the subjectivity of the individual, since they emphasize cultural and social aspects that guide social representations of health, suffering, faith, society, religion and groups, among others. It is noteworthy that a central matter to subjectivation is almost neglected in the area's publications, so further research on the role of religion in the subjectivation of Brazilian society is suggested.

Keywords: Socio-historical Psychology. Religion. Subjectivation.

¹Acadêmico de Psicologia das Faculdades Doctum de Serra/ES.

²Professor Orientador. Psicólogo e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo.

1 INTRODUÇÃO

Desde o início de sua história, a Psicologia Sócio-Histórica³ tem visado, por meio de seus estudos, a conscientização das pessoas e a transformação da sociedade com o objetivo de reduzir a desigualdade social. Em face deste objetivo, se faz necessário analisar os processos de formação da subjetividade do indivíduo, visto que, ao longo da história as pessoas se reúnem em grupos e instituições (escola, trabalho, religião), e estas instituições têm um papel fundamental na produção de subjetividades. Nesse sentido, vale ressaltar a importância marcante que a religião teve e tem ao longo de toda a história, uma vez que a sua existência envolve todo o contexto social e cultural de uma sociedade, determinando certos padrões de subjetivação. Sabendo disso, cabe à psicologia pesquisar o papel da religião para a formação subjetiva do indivíduo, sem com isso confundir o lugar do saber científico produzido na psicologia com o saber religioso comum na sociedade ocidental.

2 PSICOLOGIA SOCIAL PSICOLÓGICA E PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA

Neste capítulo são apresentadas as principais características da psicologia social, bem como seu percurso histórico, enfatizando seus principais conceitos e abordagens científicas, contemplando desde seu início em solo norte-americano até sua resignificação nos dias atuais, a partir das produções na América Latina e no Brasil.

2.1 PERCURSO HISTÓRICO

Segundo Bock, Furtado e Teixeira (1999, p. 41), a psicologia começa com os gregos bem antes da era cristã. “O próprio termo psicologia vem do grego *psyché*, que significa alma, e de *logos*, que significa razão. Portanto, etimologicamente, psicologia significa estudo da alma”. Mas, segundo os mesmos autores, essa psicologia antiga só ganha consistência com Sócrates ao impetrar a razão como principal característica humana, separando assim o homem dos animais.

No ano de 1875, por meio de suas experiências laboratoriais, Wilhelm Wundt reconheceu a psicologia como ciência e o “indivíduo ao mesmo tempo como criatura e como criador” (BOCK, 2007, p. 16). Foi também nesse período que Wundt, não

³ A psicologia social brasileira possui diversos nomes (Psicologia Social Contemporânea, Psicologia Social Crítica, Psicologia Socio-Histórica, dentre outros), fruto da multiplicidade de autores e de vertentes. Adotou-se neste trabalho a terminologia proposta por Bock, Gonçalves e Furtado (2007).

dispondo de instrumentos metodológicos adequados, propôs duas psicologias – a experimental e a social (Völkerpsychologie), com o intuito de resolver as contradições do natural (mundo interno) e do social (mundo externo) (BOCK, 2007).

Ferreira (2010) afirma que nos anos 1970 a Psicologia Social dominante era a Psicologia Social Norte Americana, de tradição predominantemente psicológica. No entanto, os questionamentos sobre suas práticas e paradigmas individualistas trouxeram à tona aspectos que colocavam em dúvida seus métodos científicos e sua validação. Suas teorias não contribuíam de forma a explicar a realidade que a sociedade apresentava, pois faziam uso de uma linguagem neutra que não a aproximava dos problemas sociais. Foi então que, a partir de grandes críticas por parte da comunidade científica da época, surge “o movimento de institucionalização da Psicologia Social, responsável pelo desenvolvimento de uma Psicologia Social Européia, mais preocupada com o contexto social” (FERREIRA, 2010, p. 54). Esta, por sua vez, priorizou os problemas sociais.

Paralelamente a este movimento, se desenvolve na América Latina a chamada *Crise da Psicologia Social*, que dá início a uma nova forma de se pensar a Psicologia Social. Assim, a Psicologia Sócio-Histórica surge na América Latina no final da década de 1970 como uma tentativa de compreender o indivíduo como um ser social e histórico, fato que as outras teorias não explicavam, pois consideravam o indivíduo de maneira a-histórica e universal (GONÇALVES, 2007).

O cenário político e econômico que se desenvolveu no Brasil a partir do golpe militar de 1964 ensejaram o surgimento de uma Psicologia Social crítica ao conhecimento psicossocial até então produzido, no qual o homem era visto como um ser abstrato e compreendido apenas pela visão filosófica ou sociológica. Nesse período, pequenos grupos já eram considerados desordem e por isso sofriam repressões e violências diversas. Foi a partir daí que o profissional da psicologia passou a se questionar qual seria seu papel para promover organização e conscientização junto à população. Nos anos seguintes, também preocupados com a educação e a saúde mental dos mais pobres e oprimidos desatendidos pelo Estado, os psicólogos começam a desenvolver atividades em comunidades buscando a conscientização da população, com o propósito de gerar autonomia nos grupos (LANE, 2015). Nesta perspectiva, ainda afirma Lane (2015, p. 26) que “as diversas experiências comunitárias vêm apontando para a importância do grupo como condição, por um lado, para o

conhecimento da realidade comum, para a auto-reflexão e, por outro, para a ação conjunta e organizada”.

Para Lane quem melhor define a prática da psicologia comunitária é Góis.

Fazer psicologia comunitária é estudar as condições (internas e externas) ao homem que o impedem de ser sujeito e as condições que o fazem sujeito numa comunidade, ao mesmo tempo que, no ato de compreender, trabalhar com esse homem a partir dessas condições, na construção de sua personalidade, de sua individualidade crítica, da consciência de si (identidade) e de uma nova realidade social (GÓIS 1990, p. 117, *apud* LANE, 2015, p. 26).

Ainda nesse período, segundo Campos (2010), os profissionais da psicologia faziam ações nas universidades e instituições próprias da população e associações científicas, residências e em várias entidades, com o objetivo de promoverem ações práticas e/ou reflexivas sobre a problemática social que envolvia as péssimas condições de saúde da população e as condições precárias de moradia, educação e rede de relações interpessoais que dificultava todo o processo de participação popular, impedindo até mesmo a formação de novos grupos e movimentos sociais. Nesta perspectiva, os fatores que envolviam os trabalhos de investigação e intervenção da Psicologia Social estavam diretamente inseridos em diversos setores da sociedade no seio dos pequenos grupos e na particularidade de cada indivíduo e suas relações cotidianas. Nesse sentido, no que se refere à Psicologia Sócio-Histórica, afirma Campos (2010, p. 181):

Estuda-se a identidade em construção, as diferentes representações sobre os conflitos e dilemas vividos, as possibilidades de expressões da subjetividade, as formas de expressão ética e da defesa dos direitos humanos, as possibilidades de participação e não participação, as questões relativas a preconceito, estereótipos e expectativas, as problemáticas de gênero e trabalho, as condições que levam aos processos de alienação, adoecimento psíquico e quadros de exclusão social, entre outros.

Percebe-se assim a intenção da Psicologia Social Brasileira, desde seu início, de contextualizar seus estudos e conscientizar as pessoas, visando em última instância a transformação da sociedade, no sentido da redução da desigualdade social.

2.2 CARACTERÍSTICAS DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA

A Psicologia Social Brasileira destaca dois fatores extremamente importantes para a compreensão do indivíduo. Primeiro, para sobreviver, o homem precisa estar em relação com outros homens, pois estar inserido num grupo social faz parte da sua constituição desde o seu nascimento; e em segundo, é a sua linguagem preexistente

que ele aprende por meio de códigos produzidos pela sua sociedade com outros indivíduos do meio, tornando possível sua participação e ação dentro do grupo (LANE, 2012). Partindo desta premissa, a Psicologia Sócio-Histórica tem “por objetivo conhecer o indivíduo no conjunto de suas relações sociais, tanto naquilo que lhe é específico como naquilo em que ele é manifestação grupal e social” (LANE, 2012, p. 19). Nesta perspectiva, ainda alerta Lane,

[...] a grande preocupação atual da psicologia social é conhecer como o homem se insere nesse processo histórico, não apenas em como ele é determinado, mas principalmente, como ele se torna agente da história, ou seja, como ele pode transformar a sociedade que ele vive (LANE, 2006, p 10).

Nesse sentido vale mencionar a importância da linguagem como mecanismo histórico de sobrevivência e de desenvolvimento dos grupos sociais, pois “na medida em que as relações entre os homens vão se tornando mais complexas, a linguagem também se torna mais complexa” (LANE, 2006, p. 26), deixando de atuar no sentido prático-sensorial e galgando questões genéricas e abstratas que envolvem arte, religião, educação, lazer, mundo tecnológico e outros. Ademais, a autora ainda afirma:

A linguagem exerce mediação entre nós e o mundo, na medida em que ela permite a elaboração de representações sociais. Ou seja, é através delas que descrevemos, explicamos e acreditamos na nossa realidade e o fazemos de acordo com o nosso grupo social (LANE, 2006, p. 32).

Considerando que a linguagem seja o ponto de partida para o desenvolvimento dos grupos sociais, é possível afirmar que toda transformação ocorrida na sociedade provem do agrupamento dos indivíduos, pois segundo Lane (2012, p. 81), “a função do grupo é definir papéis e, conseqüentemente, a identidade social dos indivíduos e de garantir a sua produtividade, pela harmonia e manutenção das relações apreendidas na convivência”, pois “é o grupo condição para que o homem supere a sua natureza biológica e também condição para que ele supere a sua natureza individualista, se tornando um agente consciente na produção da história social” (LANE, 2012, p. 90).

As pessoas se reúnem em agrupamentos diversos ao longo de sua história: família, escola, trabalho, e em grande parte dos casos, religião, de modo que se torna necessário analisar os impactos destes agrupamentos sobre os processos de subjetivação.

3 RELIGIÃO

Neste capítulo são apresentados os principais conceitos de religião, seu surgimento no Brasil e o que a mesma produz em termos subjetivos na vida do sujeito, partindo do princípio que ela está impregnada num contexto histórico e cultural de cada sociedade, tendo suas características marcantes se renovado ao longo da história.

3.1 O QUE É RELIGIÃO?

Antes de encontrar um significado absoluto e original do que é a religião é preciso compreender que este vocábulo vem de uma cultura ocidental como produto histórico e que ao longo do tempo vai se alterando (SILVA, 2004). Portanto,

[...] o próprio termo “religião” originou-se da palavra latina religio, cujo sentido primeiro indicava um conjunto de regras, observâncias, advertências e interdições, sem fazer referência a divindades, rituais, mitos ou quaisquer outros tipos de manifestação que, contemporaneamente, entendemos como religiosas. Assim, o conceito “religião” foi construído histórica e culturalmente no ocidente adquirindo um sentido ligado à tradição cristã (SILVA, 2004, p. 4).

Para Coutinho (2012, p. 176), “etimologicamente a palavra religião deriva do latim, podendo significar religar, reler ou reeleger. Em todas está presente a ligação da humanidade com a divindade”. Esta definição de religião pode ser influenciada com base no contexto cultural, por exemplo, nas sociedades ocidentais onde a religião está relacionada a algo transcendental e mediadora, ou seja, ela é quem media o homem do ser superior, enquanto nas sociedades orientais não existe o que é transcendental e sim o panteísmo, onde deus está em tudo, ou seja, a religião está ligada à natureza, a todos os seres vivos, afirma Coutinho (2012).

Para os estudiosos a religião tem sido definida como “um sistema comum de crenças e práticas relativas a seres sobre-humanos dentro de universos históricos e culturais específicos” (SILVA, 2004, p. 4). Sendo assim, ao definir a religião como um sistema é possível dizer que dentro deste sistema estão inseridos experiências, coletividade, valores, visões do mundo, símbolos, práticas e crenças, onde cada elemento descrito pode juntar-se pela mesma razão e práticas, afirma Coutinho, (2012). Nessa perspectiva, os elementos que prevalecem como aspectos salientes e usuais das religiões são: as crenças, que fazem relação do homem com o sagrado, as práticas, que configuram esta relação do homem com o sagrado e os símbolos que se refere aos objetos, expressões, aspectos evocativos e gestos (COUTINHO,

2012).

Durkheim (*apud* WEISS, 2013, p. 160), afirma que “Uma religião é um sistema solidário de crenças e de práticas relativas às coisas sagradas, isto é, separadas, interditas, de crenças e práticas que unem em uma mesma comunidade moral, chamada Igreja, todos aqueles que a ela aderem”. Para enfatizar, Durkheim (*apud* MENDONÇA, 2004, p. 31), diz que “a religião surge nos estados de efervescência social, em que o tempo sagrado interrompe o tempo profano das atividades social e econômicas”. Mas segundo Batiste (*apud* MENDONÇA, 2004, p. 31), “os estados de efervescência religiosa não são duráveis, após a efervescência há uma queda do fervor sociológico, a partir desta queda a religião se desenvolve como gestora da experiência do sagrado, sendo um aspecto positivo de memória ou tradição”.

Partindo da ideia de que a religião pode surgir do estado de efervescência social, como afirma Durkheim, vale aqui mencionar os estudos relacionados ao aumento das religiões no Brasil, ocorrido a partir da segunda guerra mundial devido ao descenso do número de católicos, visto que, historicamente, o catolicismo é considerado uma “religião fundante da cultura brasileira” (CAMPOS, 2008, p.109). Embora isso possa ser considerado, o fato é que o número de católicos no Brasil caiu significativamente desde os anos 90, coincidindo com um aumento acelerado no número de protestantes nesse período (NERI, 2011). Este cenário ocorrido no Brasil nos anos 90 confirma o que diz Barembritt (*apud* COLLARES-DA-ROCHA; SOUZA FILHO, 2014, p. 236), que a religião “é a instituição que regula as relações do homem com a divindade, com respeito à qual existe toda uma série de comportamentos indicados e toda uma série de comportamentos contraindicados”.

Nesta perspectiva, de acordo com o censo de 2010, na última década, a Igreja Católica teve uma redução da ordem de 1,7 milhões de fiéis, tornando a igreja Assembléia de Deus no país, o maior segmento evangélico, com 12 milhões de fiéis, o segundo maior do Brasil, atrás da Igreja Católica (IBGE, 2010). Equivale dizer, que esses números mostram significativamente o quanto os cristãos tem se mostrado interessados em modificar suas escolhas por uma religião, tendo como base as novas propostas de segui-las, visto que, a maioria das igrejas tem se destacado por produzir a seus membros, espírito conservador mais flexível e atraente, de forma que haja mais participação de todos no processo de evangelizar.

O fato de a religião ter características marcantes ao longo de toda a história e de ter se renovado ao longo do tempo, vale ressaltar que de alguma forma ela se faz importante na construção da subjetividade do indivíduo, visto que a sua existência tem como base o contexto cultural de cada sociedade.

3.2 RELIGIÃO E SUBJETIVIDADE

Toda a concepção conservadora e tradicionalista que a religião apresenta traz reflexões a respeito do que realmente é proposto para aqueles que seguem seus conceitos e práticas religiosas. Para Natividade (2005, p. 116), “no contexto evangélico, em questões como o aborto, homossexualidade e escolha sexual parece haver certa impermeabilidade à mudança”. Portanto, a ênfase manifestada sobre as práticas homossexuais e ao estilo de vida *gay* apresenta-se de forma a julgar moralmente o indivíduo pela sua orientação sexual, expondo o desejo homossexual como comportamento passível de mudança (NATIVIDADE, 2005). Partindo deste contexto, deve se julgar o quanto a religião produz no sujeito, em termos subjetivos, de forma que o faz buscar outra igreja, ou até mesmo a formação de um novo grupo, que futuramente se tornará uma nova igreja, tendo como premissa que os fiéis buscam uma transformação de vida pessoal.

Nesse sentido, a religião é

[...] um assunto que revela aspectos expressivos e fundamentais do comportamento individual e grupal, assumindo diferentes facetas a partir do cruzamento de variáveis sociológicas, como origem social, gênero, etnia/raça, bem como geração e local de moradia (SETTON; VALENTE, 2016, p. 412).

A forma como a religião se posiciona pode ensejar múltiplos e variados tipos de preconceitos disseminados pela sociedade. Cabe ao profissional da psicologia compreender a influência das igrejas sobre os fatores psicológicos, notadamente os que podem explicar condutas preconceituosas por parte de religiosos “fanáticos” e/ou conservadores.

Nesta perspectiva, afirma Jung:

A religião constitui, sem dúvida alguma, uma das expressões mais antigas e universais da alma humana, subentende-se que todo o tipo de psicologia que se ocupa da estrutura psicológica da personalidade humana deve pelo menos constatar que a religião, além de ser um fenômeno sociológico ou histórico, é também um assunto importante para grande número de indivíduos (JUNG, 1978, p. 17).

A religião ocupa um lugar central na subjetivação das pessoas, de modo que a

psicologia deve considerar a mesma em suas análises. Contudo, cabe o questionamento: como a Psicologia Sócio-Histórica está pesquisando o papel da religião na subjetivação das pessoas?

4 MÉTODO

Este estudo, de caráter analítico, constitui-se de uma revisão bibliográfica a respeito do que diz a psicologia sócio-histórica sobre a religião. Sobre a pesquisa bibliográfica, Marconi e Lakatos (2017, p. 33) afirmam que ela “[...] é um tipo específico de produção científica: é feita com base em textos, como livros, artigos científicos, ensaios críticos, dicionários, enciclopédias, jornais, revistas, resenhas, resumos”. Os dados foram coletados na revista *Psicologia & Sociedade*, editada pela Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), pois na medida em que o recorte da pesquisa busca identificar a produção de conhecimento da psicologia social no âmbito da religião, optou-se por investigar o periódico que concentra a produção desta área do saber psicológico.

A pesquisa buscou o termo *Religião* em qualquer índice e sem diferenciação por época da publicação. Em todas as publicações da revista, a busca retornou oito artigos, sendo um deles descartado por ser uma publicação em espanhol. Os demais artigos serão analisados nos capítulos posteriores.

Vale aqui mencionar a importância que se tem em analisar os dados pesquisados, pois segundo Gil (1999, p. 168), além de estar submetida a algumas regras, “a análise tem como objetivo organizar e resumir os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação”. Nesse sentido, é o que se propõe neste trabalho de forma expressamente analítica.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 ANÁLISE DAS PUBLICAÇÕES

O artigo analisado de Coelho e Rosa (2013), que compõe este capítulo não aborda o tema religião, apenas cita como uma informação sem importância para a pesquisa, o que não foi descartado de análise para compreender seu objetivo, uma vez que foi encontrado utilizando os mesmos critérios de pesquisa dos demais artigos considerados relevantes para a realização do trabalho.

O primeiro artigo analisado traz o tema “o corpo em estado de graça: ex-votos,

testemunho e subjetividade” (TEIXEIRA; CAVALCANTE *et. al.*, 2010), e analisa o ex-voto que é conceituado como “objeto” e que se traduz na forma expressiva da religião, arte e cultura, tendo como principal característica o ato de ofertar aos santos aquilo que o sujeito possui de valor simbólico e/ou material como forma de agradecer a entidade pelas promessas feitas e alcançadas. Nesse sentido, quando o devoto faz a oferenda do ex-voto está quitando uma dívida adquirida pelo milagre alcançado, prática que se constitui por três estágios: o voto que é realizado, o milagre manifestado e a quitação da promessa, assim, a prática concretizada pelo devoto constitui uma característica singular das sociedades, tornando-se possível destacar a religião como uma experiência subjetiva de cada sujeito. Como afirmam Teixeira, Cavalcante e outros (2010, p. 124), “a religião se caracteriza como manifestação cultural, com um potencial significativo de influenciar as ações das pessoas”. O fato de ofertar os ex-votos realça o modo de construir a subjetividade do indivíduo, uma vez que o objeto ofertado aviva características individuais, enfatiza traços próprios que envolvem o sofrimento psíquico, a graça que foi alcançada e ainda realça aspectos da cultura que norteiam aquilo que o representa socialmente como, saúde, sofrimento, fé, religião e sociedade. Os ex-votos mais frequentes são produzidos por gesso, cera, plástico ou madeira, podendo representar a figura do corpo humano. A confecção dos ex-votos tem influência marcante da arte africana, são utilizados na sua fabricação elementos que compõe traços e cortes retos, formato de retângulos e triângulos. Atualmente podem ser produzidos pelos devotos ou por artesãos de acordo com a exigência pessoal (TEIXEIRA; CAVALCANTE *et. al.*, 2010).

Conforme afirmam os autores, a prática de ofertar ex-votos surgiu desde o período Greco-romano, enquanto no período atual é cada vez mais frequente, sendo possível encontrar tais ofertas em diversos santuários religiosos do mundo todo. O motivo de ofertar ex-voto é algo muito subjetivo, visto que, requer características singulares de cada indivíduo, é algo que está diretamente ligado às preocupações rotineiras da comunidade, por exemplo, proteção dos animais daquela região, prevenção de desastres naturais, cura de doenças, colheita farta, etc. Quando o milagre é alcançado, o devoto faz a peregrinação ao lugar considerado sagrado a fim de quitar a dívida em caráter testemunhal, ou seja, quase sempre na presença de uma segunda pessoa. O fato constituído na troca simbólica do ex-voto ao santo

reflete algo intrínseco do sujeito, uma vez que, o devoto doa algo de si, de forma que seja compreendido como retribuição pela graça alcançada. Por outro lado, quando a promessa não é quitada, produz no indivíduo sentimento de culpa e medo, que pode acarretar em castigo, perdendo todos os créditos perante a divindade (TEIXEIRA; CAVALCANTE *et. al.*, 2010).

Neste contexto, os autores mencionam características importantes sobre a devoção, afirmando ser de caráter popular e institucionalizada pela fé, da qual se estabelece uma relação de servo fiel entre o devoto e o santo. Esta fidelidade que existe entre o devoto e a divindade pode ser compreendida pela busca de algo que lhe falta em sua completude, tornando a religião uma espécie de refúgio que poderá lhe retribuir algo positivo, por exemplo, a salvação e cura (TEIXEIRA; CAVALCANTE *et. al.*, 2010).

O texto aborda algo um pouco peculiar ao mencionar a prática de votos e ex-votos como sendo exercida pelos pobres, afirmando que estas práticas não têm bases constituintes de saberes e valores científicos, mas que suas representações se constroem por meio da relação com a história pessoal, familiar e social do sujeito. No entanto, vale refletir, que apesar da busca significativa de alcançar um milagre, seja ele material ou não, não é possível afirmar que apenas os mais pobres é que aderem a uma devoção e que fazem oferenda de ex-votos, visto que a construção subjetiva independe de uma determinada classe social, estando presente nos aspectos particulares de cada sujeito (TEIXEIRA; CAVALCANTE *et. al.*, 2010).

Por fim, os autores salientam que a valorização da vida e da religião passa a ser maior quando o devoto faz a promessa e o santo realiza o milagre, possibilitando ao sujeito, por meio da ação do santo, a construção subjetiva, capaz de operar mudanças significativas que amenizam sofrimentos psíquicos da vida cotidiana do indivíduo (TEIXEIRA; CAVALCANTE *et. al.*, 2010).

O segundo artigo escrito por Collares-da-Rocha e Souza Filho (2014), intitulado “Representação social do pecado segundo grupos religiosos”, enfatiza que a relação do homem com o ser superior é regulada pela religião, a qual criou a concepção de pecado e instituiu uma pressão denominada “coaçoão social”, ou seja, aquela que impõe a sociedade uma obrigação que produz um efeito moral. E ainda afirmam que “o pecado, como realidade teológica, se inscreve no mundo, tornando-se também uma realidade social e psicológica” (COLLARES-DA-ROCHA; SOUZA FILHO, 2014,

p. 236). Com isso, Collares-da-Rocha e Souza Filho (2014, p. 242) afirmam que “é difícil não considerar o lugar ocupado pela religião em nossa cultura, que dela está impregnada”. Nesse sentido, o pecado passa a ser uma descrição natural do indivíduo com o objetivo de tentar explicar o que existe de complexo na experiência de vida do humano e que nos tempos atuais é referenciado como crime, sintoma ou ato irresponsável coletivo. Por outro lado, os autores afirmam que para desvendar esse sentido que é dado ao pecado de ser potencializado por leis, costumes, moralidades e outras concepções, a Teoria das Representações Sociais pode contribuir significativamente, pois tem como base conceitos relevantes das práticas sociais e da psicologia social.

Os autores relatam ter ocorrido um declínio significativo quanto à influência da religião no mundo, uma vez que os indivíduos sem religião têm aumentado, mas para que isso seja afirmado com exatidão são requeridos mais estudos a respeito das crenças, e que profissionais da psicologia tem referenciais capazes de contribuir para esses estudos, não apenas para dizer da importância da religião, mas também para explorar áreas que envolvam as relações entre grupos religiosos e não religiosos (COLLARES-DA-ROCHA; SOUZA FILHO, 2014,).

Por fim, a pesquisa realizada pelos autores destaca que “possivelmente, a influência religiosa da família coopera tanto para a opção religiosa, quanto para a formação dos valores dos jovens, orientando suas práticas religiosas e sociais em geral” (COLLARES-DA-ROCHA; SOUZA FILHO, 2014, p. 241). Quanto aos que se declaram sem religião, o relato foi que a religião é “uma resistência ao projeto de limitar a regulação social às relações interpessoais, que serve mais para idealizar/cultuar aqueles grupos que podem/querem manter essa ética” (COLLARES-DA-ROCHA; SOUZA FILHO, 2014, p. 242).

O terceiro artigo (RIBEIRO; SCORSOLINI-COMIN, 2017) aborda o tema “relações entre religiosidade e homossexualidade em jovens adultos religiosos” e tem como objetivo compreender como os jovens adultos praticantes de uma religião entendem a homossexualidade. Nesse sentido, é mencionado no artigo um percurso histórico importantíssimo sobre os estudos relacionados à homossexualidade. Em 1985 a medicina desconsiderou a homossexualidade como uma doença, em 1990 a Organização Mundial de Saúde retirou a homossexualidade da lista de doenças e em 1999, por meio da resolução 001/99, o Conselho Federal de Psicologia proibiu a

realização de psicoterapias por parte dos profissionais da psicologia com o objetivo de curar a homossexualidade. Apesar das conquistas de diversos direitos, o artigo aponta que a violência contra os homossexuais vem aumentando significativamente e enfatiza que “a homofobia não é apenas evidenciada por homicídios e outras violações físicas, mas também pela violência simbólica, como agressões verbais capazes de oprimir e negar o indivíduo psicologicamente” (RIBEIRO; SCORSOLINI-COMIN, 2017, p. 2).

No âmbito da religião, os autores trazem o entendimento que “a religião pode ser compreendida como um macrossistema, haja vista que recupera valores e tradições que atravessam diferentes gerações, delimitando práticas e comportamentos em termos sociais e culturais mais amplos” (RIBEIRO; SCORSOLINI-COMIN, 2017, p. 5). Os autores consideram importante a percepção da homossexualidade, uma vez que a religião acompanha o sujeito ao longo da história e “sua influência alcança as relações interpessoais, o âmbito sociocultural e o intrapsíquico do indivíduo por meio de crenças, valores, emoções e comportamentos” (RIBEIRO; SCORSOLINI-COMIN, 2017, p. 2). Os estudos apresentados pelos autores apontam que a prática homossexual é aceita por algumas instituições de forma a considerar normal ou até mesmo natural, já em outras religiões esta prática é considerada pecado. Essas mudanças no campo religioso ocorreram devido ao crescimento e surgimento de novas religiões que romperam com a predominância do catolicismo no Brasil (RIBEIRO; SCORSOLINI-COMIN, 2017).

Ainda segundo os autores, fazendo referência ao desenvolvimento do indivíduo, é preciso considerar que ao longo da trajetória de vida da pessoa a orientação sexual pode sofrer modificações, seja de forma opressora, em que o indivíduo é submetido a algum tipo de tratamento ou promessa de cura, seja por transformações que envolvem a mudança do comportamento, expressão ou performances do sujeito (RIBEIRO; SCORSOLINI-COMIN, 2017).

A pesquisa teve como participantes 11 pessoas, com idade entre 18 e 30 anos, que se assumem homossexuais e praticantes de uma religião de forma assídua, sendo 4 católicos, 4 espíritas e 3 evangélicos. Quando questionados sobre a posição de sua religião em relação à homossexualidade, todos discordaram da visão da homossexualidade ser pecado, tendo como principal justificativa o fato de terem nascido homossexuais, mas não veem que a posição da religião possa interromper

o processo de frequentar a mesma, se posicionando de forma a realizar uma interpretação pessoal, fazendo jus aos seus conceitos e valores (RIBEIRO; SCORSOLINI-COMIN, 2017).

Quando questionados sobre a vivência na comunidade religiosa, os participantes da pesquisa afirmaram ter um bom relacionamento com todos da comunidade, porém são privados de participar de algumas atividades e eventos da igreja. Esse bom relacionamento também se estende com a família a qual aceita a orientação sexual, e que esta aceitação não faz ligação com a religião do familiar e sim dos próprios valores e crenças da família (RIBEIRO; SCORSOLINI-COMIN, 2017).

Por fim, a pesquisa enfatiza que “a presença de pessoas de orientação homossexual na comunidade religiosa aponta para a possibilidade de modificar a compreensão que se tem sobre a homossexualidade por meio da desconstrução dos preconceitos pela simples interação ou pela conscientização” (RIBEIRO; SCORSOLINI-COMIN, 2017, p. 9). Nesse sentido, “combater discursos e atuações normatizadoras e psicologizantes, acolhendo a espiritualidade de cada sujeito, parece ser uma recomendação que se respalda nos achados do presente estudo” (RIBEIRO; SCORSOLINI-COMIN, 2017, p. 10).

A reflexão do quarto artigo escrito por Henriques, Oliveira Filho e Figueirêdo (2017) com o tema “discurso de usuários de CAPS sobre práticas terapêuticas e religiosas”, tem como objetivo analisar o discurso dos usuários de CAPS I e CAPS II sobre as práticas terapêuticas que envolvem as práticas religiosas dentro dos CAPS. Nesse sentido, os autores mencionam um avanço significativo por parte das instituições religiosas ao organizarem grupos de atendimentos que se destacam fazendo o uso de práticas doutrinárias para amenizar o sofrimento psíquico e males orgânicos dos indivíduos, fazendo com que o aumento pela procura de uma religião torne-se frequente. Essa procura também ocorre quando as pessoas não conseguem a solução de seus problemas psíquicos e orgânicos por meio da medicina ou por modelos tradicionais. Com isso, a busca por parte dos usuários dos CAPS por instituições religiosas que potencializam a experiência da fé e ajustam as condições subjetivas de cada seguidor aumenta, principalmente quando a ação da religião alivia seus momentos de crise. Nesse sentido, os autores alertam – com base nos relatos dos usuários de CAPS – que os usuários, ao falarem das possíveis curas e melhoras de seus sofrimentos, são tratados com indiferença pela instituição de

saúde mental. “Na verdade, até veem as práticas curativas de caráter religioso como mais eficazes do que as práticas médicas e psicológicas” (HENRIQUES; OLIVEIRA FILHO; FIGUEIRÊDO, 2017, p.308).

No texto, os autores mencionam que

[...] a religião está frequentemente incluída nas crenças e experiências das pessoas em sofrimento mental, negá-la ou desconsiderá-la acaba por desqualificar as narrativas de pessoas que buscam, através de suas experiências religiosas, curas de seus males físicos/espirituais para a ressignificação de suas vidas (HENRIQUES; OLIVEIRA FILHO; FIGUEIRÊDO, 2017, p.309).

A partir da análise dos resultados da pesquisa, os autores afirmam que as ações interventivas dos CAPS velam os temas religiosos excluindo-os da vida cotidiana dos usuários, deixando de ampliar as possibilidades de tratamento, por meio da escuta do sujeito que sofre com os transtornos mentais. Nestes termos, Bobsin (*apud* HENRIQUES; OLIVEIRA FILHO; FIGUEIREDO, 2015, p. 309), enfatiza que “precisamos enfrentar o assunto numa perspectiva que considere a religião/religiões como um sistema cultural”.

O quinto artigo escrito por Gouvea, Guerra e outros (2013), com o tema “preocupação com a honra no nordeste brasileiro: correlatos demográficos”, apresenta uma pesquisa que pretendeu conhecer os correlatos demográficos da preocupação com a honra, considerando três grupos religiosos (católicos, batistas e espíritas). Os autores apontam que

[...] o termo honra pode ser considerado, na psicologia, como sendo tanto um atributo pessoal, quando descreve a autoestima e a reputação de um indivíduo, mas também como um atributo coletivo, pois é compartilhado com seu grupo social e familiar (GOUVEA; GUERRA *et. al.*, 2013, p. 582).

Sendo assim, o conceito de honra está relacionado com a concepção de moral singular de cada sujeito, prevalecendo nos homens o uso da força física, quando necessário for para defender a honra e a reputação dos seus.

O texto aponta que ao defender a honra e a reputação da família, o sujeito não está sozinho nesta posição de defensor, pois toda a família se preocupa, uma vez que o que está sendo discutido ou ameaçada é a honra da família – e não apenas a honra de um único indivíduo. Isso fica evidente quando o texto reflete sobre a honra social, honra masculina e a honra feminina. Na primeira é preciso que as relações sociais estejam em harmonia, prevalecendo o olhar positivo dos outros, enquanto no

segundo (honra masculina) o destaque está em ser viril e autoritário, sem perder a posição de defensor da família, e por último a honra feminina que se expressa na rigidez imposta à mulher em manter intacta a castidade sexual, tomando pra si a responsabilidade de não cometer a desgraça contra a família (HENRIQUES; OLIVEIRA FILHO; FIGUEIREDO, 2015). Nesta perspectiva,

[...] fica evidente, portanto, que a honra é um construto que pode ser central na explicação de diversos comportamentos em culturas de honra, sobretudo aqueles que ameaçam as pessoas e suas relações interpessoais quando os padrões morais estabelecidos não são cumpridos (GOUVEA; GUERRA *et al.*, 2013, p. 583).

Contudo, o artigo aponta que é atribuída às mulheres a maior importância dada à honra, uma vez que ao descumprir as regras morais da família podem sofrer consequências graves com relação a opinião de terceiros, principalmente nos aspectos emocionais, ao se sentirem envergonhadas e com sentimento de raiva pelos questionamentos alheios a respeito de sua reputação. Nesse sentido, Gouvea, Guerra e outros (2013, p. 589) afirmam que “a religião é um sistema de crenças que pode ser considerado e investigado como uma cultura” e que por se tratar de uma importante variável, merece ser compreendida melhor quanto ao seu papel na sociedade, visto que a religião favorece na compreensão das divergentes crenças e práticas religiosas de uma sociedade.

No sexto artigo (LAGES, 2012), com o tema “possessão e inversão da subalternidade: com a palavra, pombagira das rosas”, a autora propõe ao leitor “compreender de que forma a possessão se articula com a realidade histórica das mulheres no Brasil e com a trajetória pessoal da mulher médium que incorpora o referido espírito, redefinindo seu cotidiano” (LAGES, 2012, p. 527). Sendo assim, o estudo expõe para a sociedade a diversidade cultural existente no país, envolvendo as tradições religiosas e culturais, a linguagem, a arte, os símbolos, de maneira tal que dê sentido para a construção sócio-histórica, possibilitando ao sujeito em condição de opressão social o fortalecimento de suas crenças. Lages (2012, p. 529) aponta a religião como “[...] a expressão da cultura popular, uma vez que em seus rituais são celebradas as figuras ligadas à sua tradição”.

Quanto à Umbanda, o artigo aponta ser de origem brasileira e que se instituiu no país a partir da libertação dos escravos por meio da abolição, e que os principais membros eram os negros de origem banto, descendentes da África. Sobre a

possessão, o artigo enfatiza ser extremamente individuadora, uma vez que somente a mulher médium é que exerce autoridade para trocar experiências com o espírito de um antepassado, promovendo um espaço existencial comum, a ponto de estabelecer um diálogo extremamente íntimo com sua própria vida, o que se torna fruto invisível que perpassa a história singular, social e cultural. Por isso a autora “vê a possessão como um embate que coloca de um lado o debate sobre os quadros de referência da sociedade da época e do outro uma teatralização das guerras sociais, filosóficas, religiosas e políticas de então” (LAGES, 2012, p. 530).

Por fim, afirma a autora que

A umbanda, religião afro-brasileira, faz parte da marginalidade de massa. Ou seja, uma marginalidade que não é mais a de pequenos grupos, mas uma marginalidade que é uma grande maioria silenciosa, não legível, não assinada e não homogênea. A umbanda, especificamente, é marcada por essa heterogeneidade (LAGES, 2012, p. 530).

A pesquisa referente ao sétimo artigo (COELHO; ROSA, 2013) com o tema “ato infracional e medida socioeducativa: representações de adolescentes em L. A.” buscou analisar as representações sociais de ato infracional e medida socioeducativa em adolescentes em conflito com a lei. Neste contexto, é considerado adolescente o indivíduo entre doze anos completos e dezoito anos incompletos de idade, com características que são marcadas pela etapa transitória entre a infância e a idade adulta, destacada pelos conflitos e problemas e representadas pelos aspectos de rebeldia, imaturidade e dependência, que está sempre relacionado à ideia de estudante. Nesta perspectiva, a pesquisa aponta que o adolescente infrator não tem a proteção devida por parte do estado, da família e da sociedade, pois suas principais características comportamentais (ser perigoso, violento e possuir famílias desestruturadas) tendem a justificar a noção de não usufruírem de seus direitos, ficando assim a margem de uma sociedade despreparada para acolhê-los e ressocializá-los (COELHO; ROSA, 2013).

No entanto, as autoras apontam, que a Liberdade Assistida (L. A.) garante os direitos dos adolescentes e a consideram como uma estratégia inovadora, capaz de trazer um novo sentido para a vida desses indivíduos, pois oferece aos adolescentes em conflito com a lei a possibilidade de aprender sobre questões de cidadania e mercado de trabalho (COELHO; ROSA, 2013).

A maioria dos adolescentes pesquisados se caracteriza por possuir baixa

escolaridade, residência precária, renda familiar baixa, etnia afro-descendente e ausência do segmento religioso. No entanto, os adolescentes relatam obter vantagens ao cometerem o ato infracional, tais como possuir armas e dinheiro, mas afirmam que as desvantagens geram sofrimentos de culpa e revolta (COELHO; ROSA, 2013).

Com base no contexto do artigo, fica evidente que o desejo dos adolescentes está voltado para o caráter socioeducativo e projetos firmados pelo programa, que possibilita ao adolescente ancorar em seus direitos e deveres, regras e valores que envolvem a aprendizagem, a reflexão e o castigo. Por fim, “o termo educação foi considerado como mais importante pela maioria dos entrevistados, visto que, possivelmente, esse pode ser o primeiro contato que os adolescentes tiveram com uma educação pautada na ética” e “as representações sociais de ato infracional não representam, para os adolescentes entrevistados, uma via de mão única, mas como pudemos destacar, o ato infracional é algo que, além das vantagens obtidas, também causa desconforto” (COELHO; ROSA, 2013, pp. 170-171).

5.2 SÍNTESE DAS ANÁLISES

Dos sete artigos selecionados, seis apontam de forma significativa que ao optar por ter uma religião, o indivíduo passa a enfatizar suas características particulares, dando ênfase aos seus próprios traços que abarcam seus sofrimentos psíquicos, transparecendo aspectos culturais e de representações sociais. Nesse sentido, em um dos artigos analisados, afirmam Teixeira, Cavalcante e outros (2010, p. 124), “a religião se caracteriza como manifestação cultural, com um potencial significativo de influenciar as ações das pessoas”. Ainda dando ênfase a esta abordagem, Collares-da-Rocha e Souza Filho (2014, p. 242) afirmam que “é difícil não considerar o lugar ocupado pela religião em nossa cultura, que dela está impregnada”. Estas afirmações trazem um entendimento sobre uma linha invisível que perpassa o imaginário do indivíduo promovendo um diálogo íntimo com sua própria vida e história, social e cultural, que é fruto de uma construção subjetiva estabelecida pela religião.

Enquanto isso, Ribeiro e Scorsolini-Comin (2017, p. 5) trazem o entendimento que “a religião pode ser compreendida como um macrossistema, haja vista que recupera valores e tradições que atravessam diferentes gerações, delimitando práticas e comportamentos em termos sociais e culturais mais amplos”. Com pensamento

semelhante, Bobsin (*apud* HENRIQUES; OLIVEIRA FILHO; FIGUEIREDO, 2015, p. 309), enfatiza que “precisamos enfrentar o assunto numa perspectiva que considere a religião/religiões como um sistema cultural”. Este raciocínio também é confirmado por Gouveia e outros (2013, p. 589), afirmando que “a religião é um sistema de crenças que pode ser considerado e investigado como uma cultura”. Analisando essas perspectivas, é possível dizer as experiências religiosas, além de moldar o processo de subjetivação do indivíduo, podem ressignificar aspectos cruciais de sua vida, tornando possível compreender o importante papel representativo e cultural que é construído no indivíduo que adere a uma religião. Fato que é confirmado no artigo escrito por Lages (2012, p. 529), que aponta a religião como “[...] a expressão da cultura popular, uma vez que em seus rituais são celebradas as figuras ligadas à sua tradição”.

A partir da análise e com base nos resultados encontrados, por meio da pesquisa bibliográfica, é possível afirmar, embora se trate de um assunto importante para o processo de construção da subjetividade do indivíduo no contexto social e cultural, a religião é pouco pesquisada pela psicologia sócio-histórica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se neste trabalho analisar, por meio de pesquisa de artigos científicos, o quanto a psicologia sócio-histórica aborda em suas publicações o tema Religião. É percebido que desde o surgimento da psicologia, estudar as características do ser humano tem sido um dos principais objetivos deste campo, foi então que estudiosos conceituados como Sócrates e Wilhelm Wundt se destacaram em suas pesquisas revelando o quanto é importante entender o ser humano, sua mente e seus comportamentos diante de uma sociedade que é composta por enorme diversidade sociocultural. Por volta de 1970 quando se desenvolveu uma psicologia social especificamente latino-americana, ainda existiam paradigmas individualistas que colocavam em dúvida seus aspectos científicos e sua validação, mas preocupados em promover organização e conscientização da população, não mediram esforços para desenvolver atividades em comunidade com propósito de gerar autonomia aos grupos diretamente inseridos em diversos setores da sociedade, visando em última instância a transformação da sociedade, no sentido da redução da desigualdade social.

Quando se fala em redução da desigualdade social, vale aqui mencionar o quão importante é refletir sobre o papel da religião neste contexto, pois, como afirmam Collares-da-Rocha e Souza Filho (2014, p. 242) “é difícil não considerar o lugar ocupado pela religião em nossa cultura, que dela está impregnada”. E ainda enfatizando a importância do estudo da religião Teixeira, Cavalcante e outros (2010, p. 124), diz que “a religião se caracteriza como manifestação cultural, com um potencial significativo de influenciar as ações das pessoas”, ou seja, esta influência que a religião tem sobre as pessoas faz com que ela ocupe um lugar central na subjetivação das mesmas, de modo que a psicologia deve considerar em seus estudos e análises.

Os estudos previamente descritos neste trabalho tiveram o objetivo alcançado, visto que, foram identificados discursos extremamente relevantes sobre a importância da religião no contexto social e cultural da sociedade, como relata a maioria dos escritos neste trabalho. Contudo, em que pese a importância da religião nos processos de subjetivação, observou-se que o tema religião é pouco pesquisado pela psicologia sócio-histórica, uma vez que em quase 30 anos de publicações (a revista foi fundada em 1986, mas passou quatro anos – 1992 a 1996 – sem publicar artigos) foram encontrados apenas oito artigos que mencionavam o termo religião em qualquer índice.

Desta forma, sugere-se para pesquisas futuras um aprofundamento das investigações sobre a religião e seu papel nos processos de subjetivação na sociedade brasileira, em especial no viés investigativo da psicologia sócio-histórica, bem como eventuais intervenções utilizando a religião e seu lugar de fala na potencialização de outras possibilidades de inserção social.

7 REFERÊNCIAS

BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair. **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. São Paulo: Cortez, 2007.

BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. São Paulo: Saraiva, 1999.

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. O movimento da lente focal na história recente

da psicologia social latino-americana. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas; GUARESCHI, Pedrinho A. (Orgs). **Paradigmas em psicologia social: a perspectiva latino-americana**. Petrópolis: Vozes, 2010.

CAMPOS, Leonildo Silveira. O discurso acadêmico de Rubem Alves sobre "protestantismo" e "repressão": algumas observações 30 anos depois. **Relig. soc.**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 102-137, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010085872008000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 jun. 2016

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14244-asi-censo-2010-numero-de-catolicos-cai-e-aumenta-o-de-evangelicos-espiritas-e-sem-religiao>>. Acesso em: 14 out. 2018.

COELHO, Bianca Izoton; ROSA, Edinete Maria. Ato infracional e medida socioeducativa: representações de adolescentes em L.A. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 163-173, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n1/18.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2019.

COLLARES-DA-ROCHA, Julio Cesar Cruz; SOUZA FILHO, Edson Alves de. Representação social do pecado segundo grupos religiosos. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 235-244, abr. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n1/25.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2019.

COUTINHO, José Pereira. Religião e outros conceitos. **Sociologia**, revista da faculdade de letras da universidade do porto, vol. XXIV, 2012, pág. 171-193. Disponível em: <<file:///D:/Dados/quinho/Documents/CONCEITO%20DE%20RELIGIÃO.pdf%202.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2019.

FERREIRA, Maria Cristina. A Psicologia Social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 26, p. 51-64, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26nspe/a05v26ns.pdf>>. Acesso em 15 maio 2019.

GONÇALVES, Maria da Graça Machina. A psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: a historicidade como noção básica. In. BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Machina; FURTADO, Odair. (Orgs). **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**. São Paulo. Cortez, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOUVEIA, Valdiney *et. al.* Preocupação com a honra no Nordeste brasileiro: correlatos demográficos. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 581-591, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n3/12.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2019.

HENRIQUES, Hallinelale Barros; OLIVEIRA FILHO, Pedro de; FIGUEIREDO, Alessandra Aniceto Ferreira de. Discursos de Usuários de Caps Sobre Práticas Terapêuticas e Religiosas. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte , v. 27, n. 2, p. 302-311, ago. 2015. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v27n2/1807-0310-psoc-27-02-00302.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2019.

JUNG, C. G. **Psicologia e Religião**. Psicologia e Religião Ocidental e Oriental. Petrópolis: Vozes, 1978.

LAGES, Sônia Regina Corrêa. Possessão e inversão da subalternidade: com a palavra, Pombagira das Rosas. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 24, n. 3, p. 527-535, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v24n3/06.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2019.

LANE, Silvia T. M. A psicologia social e uma nova concepção do homem para a psicologia. In: LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley (Orgs.). **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo, Brasiliense, 2012, pp. 10-19.

LANE, Silvia T. M. O processo grupal. In: LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley. (Orgs.). **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo, Brasiliense, 2012, pp.78-98.

LANE, Silvia T. M. **O que é a psicologia social**. São Paulo, Brasiliense, 2006

LANE, Silvia T. M. Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. In: CAMPOS, Regina Helena de Freitas (Org.). **Psicologia Social Comunitária: Da solidariedade à autonomia**. Petrópolis: Vozes, 2015.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8ª Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. A experiência religiosa e a institucionalização da religião. **Estud. av.**, v. 18, n. 52, p. 29-46, Dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n52/a04v1852.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2019.

NATIVIDADE, Marcelo. Homossexualidade, gênero e cura em perspectivas pastorais evangélicas. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 115-132, jun.2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v21n61/a06v2161.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2016.

NERI, Marcelo Côrtes. Novo Mapa das Religiões. Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2011. Disponível em:<<file:///D:/Dados/quinho/Documents/ARTIGO%20TCC%205.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

RIBEIRO, Laura Moraes; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. Relações entre religiosidade e homossexualidade em jovens adultos religiosos. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 29, e162267, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v29/1807-0310-psoc-29-e162267.pdf>>. Acesso em 23 maio 2019.

SETTON, Maria da Graça; VALENTE, Gabriela. Religião e educação no Brasil: uma leitura em periódicos (2003-2013). **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 46, n. 160,p.410440, jun. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v46n160/1980-5314-cp-46-160-00410.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

SILVA, Eliane Moura da. Religião, Diversidade e Valores Culturais: conceitos teóricos e a educação para a Cidadania. **REVER - Revista de Estudos da Religião**. Disponível em:<https://www.pucsp.br/rever/rv2_2004/p_silva.pdf>.Acesso em:09 maio 2019.

WEISS, Raquel Andrade. Efervescência, dinamogenia e a ontogênese social do sagrado. **Mana**, Rio de Janeiro , v. 19, n. 1, p. 157-179, abr. 2013 . Disponível

em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010493132013000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: em 09 maio 2019.

TEIXEIRA, Leônia Cavalcante *et al.* O corpo em estado de graça: ex-votos, testemunho e subjetividade. **Psicol. Soc.**, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 121-129, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n1/v22n1a15.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2019.